



Enfoque: Reflexão Contábil
ISSN: 1517-9087
ISSN: 1984-882X
msrodrigues@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica

Pereira Mesquita, Krislâne Maria; Silva do Carmo, Carlos Henrique; Mussoi Ribeiro, Alex
Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica
Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 37, núm. 1, 2018
Universidade Estadual de Maringá, Brasil
Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307154909007>
DOI: <https://doi.org/10.4025/efoque.v37i1.34183>

Impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho financeiro: Uma análise nas empresas brasileiras do setor de energia elétrica

Impact of Contingent Liabilities Reclassification on Financial Performance: An Analysis with Brazilian Companies of Electricity Utilities Sector

*Krislâne Maria Pereira Mesquita
Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
krislane_123@hotmail.com*

DOI: <https://doi.org/10.4025/efoque.v37i1.34183>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307154909007>

*Carlos Henrique Silva do Carmo
Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
chscarmo@uol.com.br*

*Alex Mussoi Ribeiro
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
alex.mussoi@ufsc.br*

Recepção: 09 Novembro 2016
Corrected: 04 Julho 2017
Aprovação: 22 Maio 2017

RESUMO:

O objetivo desta pesquisa é verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015. A amostra foi composta por 53 empresas e foram analisados 153 demonstrativos financeiros. Como modelo de reconfiguração dos passivos contingentes para provisão foi utilizada a abordagem por níveis percentuais desenvolvida por Rosa (2014). A autora classifica a reversão em 5 cenários: Otimista (20%), Parcialmente Otimista (40%), Moderado (60%), Parcialmente Pessimista (80%) e Pessimista(100%). Para representar o desempenho econômico e financeiro foram selecionados três indicadores: Liquidez Geral (LG), Endividamento Geral (EG) e Retorno do Ativo (ROA). Os resultados obtidos revelam que, para os cenários mais pessimistas, existe uma diferença significativa entre os indicadores calculados com os dados originais em comparação com os mesmos calculados com os cenários reclassificados. A estatística D de Cohen (1988) apontou que, além de estatisticamente significativa, nos piores cenários, o tamanho do efeito também foi elevado, principalmente para o ROA e para o Endividamento. Na Liquidez as diferenças não foram tão expressivas. Os achados desta pesquisa servem de alerta aos usuários das demonstrações financeiras ao realizar suas análises acerca do desempenho econômico-financeiro das empresas, devendo os mesmos levarem em consideração os impactos das diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos nas decisões acerca das probabilidades de perda das Provisões e dos Passivos Contingentes.

PALAVRAS-CHAVE: Passivo Contingente, Provisão, Desempenho Financeiro.

ABSTRACT:

The main objective of this research is to verify the effect of a reconfiguration of contingent liabilities in the financial performance of Brazilian companies in the electricity sector in the years 2013 to 2015. The sample consisted of 53 companies and 153 financial statements were analyzed. The model used to reconfigure the contingent liabilities into provisions was developed by Rose (2014). The author classifies the reversal in 5 scenarios: Optimistic (20%) Partially Optimistic (40%), moderate (60%) Partially Pessimistic (80%) and Pessimistic (100%). To represent the economic and financial performance we selected three indicators: General Liquidity (LG), General Indebtedness (EG) and Return Over Assets (ROA). The results showed that for worst-case scenarios, there is a significant difference between the indicators calculated on the original data in comparison with those calculated within the reclassified scenarios. The Statistics D of Cohen (1988) pointed out that, in addition to statistically significant, in the worst scenarios, the size effect was also too high, especially for the ROA and the Indebtedness. For Liquidity the differences were not so significant. The findings of this research serve as a warning to users of financial statements and pointed out that they should be aware of the financial effect of different interpretations of the individuals involved in decisions about the likelihood of loss in provision and Contingent liabilities.

KEYWORDS: Contingent Liabilities, Provisions, Financial Performance.

1 INTRODUÇÃO

O novo ordenamento contábil brasileiro, introduzido pela Lei 11.638/2007, trouxe a ideia de primazia da essência econômica sobre a forma jurídica no reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos e transações registrados pela contabilidade. Esse novo movimento regulatório proporcionou maior flexibilidade aos preparadores das demonstrações financeiras para contornarem possíveis obstáculos estabelecidos por requisitos normativos rígidos que poderiam contradizer a representação fidedigna da realidade econômica da entidade (CARVALHO; CARMO, 2013). Isso implica em um maior poder de uso do julgamento e maior subjetividade por parte dos gestores na elaboração das demonstrações financeiras.

A atual conjuntura econômica e política do Brasil, caracterizada por alta inflação, diminuição de investimentos, instabilidade financeira, incertezas políticas, cenário de baixo crescimento do PIB e alta taxa de juros, têm impactado a saúde financeira de empresas de vários setores da nossa economia. Segundo Rezende (2016), só no setor de energia elétrica houve um aumento de 13,5% no nível de endividamento médio das companhias que fazem parte do setor. Este maior endividamento não é enxergado pelo mercado de modo positivo, pois em um cenário de altas taxas de juros pode aumentar o risco do negócio entrar em default.

Embora o nível de endividamento das empresas seja uma preocupação latente no ambiente econômico atual, existe uma ameaça que pode afetar de maneira até mais relevante o patrimônio e o risco dos negócios, que é o passivo contingente. O passivo contingente é como se fosse uma ameaça velada, pois ele não é reconhecido no balanço nem no demonstrativo do resultado, relatórios de onde são retirados os números da maioria das análises financeiras.

Segundo o pronunciamento técnico CPC 25 (2009), norma que regulamenta a forma de reconhecimento, mensuração e divulgação dos passivos contingentes e provisões, todo o passivo com prazo ou montantes incertos, que possuam uma probabilidade de ocorrência classificada como possível ou que são prováveis, mas não possuem confiabilidade na sua forma de mensuração, não devem ser reconhecidos. A norma recomenda apenas que, para tais passivos, a entidade divulgue em nota explicativa uma breve descrição de sua natureza e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro para o negócio, não impactando os valores do balanço e do resultado do exercício.

Como o padrão International Financial Reporting Standard (IFRS) é baseado em princípios e não em regras, no CPC 25 não existem mecanismos práticos sobre os limites de probabilidade que os contadores devem levar em consideração no momento de decidir quais passivos são prováveis, possíveis ou remotos (categoria que não necessita ser nem divulgada em nota explicativa), a classificação dos passivos contingentes e inclusive os intervalos de probabilidade nos quais os passivos devem ser classificados, ficam a critério da subjetividade de cada entidade (AHARONY; DOTAN, 2004).

Deste modo, em um cenário econômico e político instável como o vivido atualmente no Brasil (THE ECONOMIST, 2016), onde as empresas são pressionadas por covenants e um maior endividamento, esta maior subjetividade na classificação destes passivos contingentes pode se tornar um estímulo ao comportamento oportunista por parte dos preparadores das demonstrações financeiras.

Por serem complexas e terem grande representatividade sobre o futuro das empresas, as contingências passivas requerem ampla atenção e conhecimento em relação à sua utilização, pois uma interpretação errônea sobre elas pode levar a alterações nos resultados da entidade, o que poderia afetar seus investidores (POETA, 2012). Ademais, uma interpretação equivocada acerca dos Passivos Contingentes tem como resultado demonstrações financeiras que não refletem a realidade da entidade, o que pode comprometer a tomada de decisão dos investidores acerca da saúde financeira da mesma (ROSA, 2014).

Meibak e Viri (2012), em reportagem publicada pelo jornal Valor Econômico, abordaram o fato de as ações da empresa TIM terem caído 3,8% após denúncia sobre irregularidade contábil no reconhecimento de Provisões. A JVCO, acionista minoritária da TIM à época, acusou os administradores da empresa de terem



diminuído gradativamente as Provisões para risco tributário. A empresa questionou o fato de que as Provisões contidas no balanço da TIM seriam insuficientes para os riscos divulgados em vários processos tributários. De acordo com a JVCO, em 2009 as Provisões eram equivalentes a 10,65% do risco, e em 2010 foram reduzidas para 6%. A mesma afirmou que se a TIM tivesse assumido uma postura conservadora para o provisionamento, não teria apurado um lucro líquido de R\$ 1,281 bilhão e distribuído R\$ 533 milhões em dividendos no ano de 2011.

Fatores como a possibilidade de comportamento oportunista na classificação das probabilidades definidas para o reconhecimento das Provisões e Passivos Contingentes, bem como as dificuldades de interpretação dos intervalos de probabilidade impostos pela norma, e ainda, as diferentes interpretações das incertezas por parte de cada indivíduo, têm o potencial de modificar o resultado das empresas, e, consequentemente, os dividendos a serem distribuídos pelas mesmas. Logo, os investidores das entidades que distribuem maior volume de dividendos estão mais expostos a esses fatores.

Assim, o presente estudo buscou responder à seguinte questão-problema: Qual o efeito da reconfiguração dos passivos contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica? A pesquisa tem como objetivo geral verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

Para reclassificar os passivos para o balanço foi utilizado o método desenhado por Rosa (2014). Neste método, os passivos contingentes são reclassificados para o balanço e para o resultado em percentuais de reversão que variam de acordo com cenários otimistas e pessimistas. O setor de energia elétrica foi selecionado em decorrência de ser um dos setores com maior representatividade dentro da Bolsa brasileira (o maior em quantidade de empresas) e ser um setor com uma tradição de pagamento de dividendos mais elevados (YASBEK, 2015; ULLER, 2015). A escolha de apenas um setor foi para evitar viés setorial na análise dos resultados. Para verificar o efeito da reclassificação sobre o desempenho das empresas, foram selecionados três indicadores que demonstram a performance da empresa em três dimensões: no seu nível de endividamento, (2) na sua liquidez e (3) na rentabilidade de seu ativo. As três dimensões escolhidas afetam diretamente os investidores, pois estão relacionadas com o risco do negócio, sua rentabilidade e a capacidade da companhia em distribuir dividendos.

Este artigo foi dividido em cinco partes: (1) Introdução, (2) Referencial Teórico, onde foram apresentados aspectos teóricos sobre passivos contingentes e os resultados de pesquisas relacionadas com esta, (3) Método, que consta como foi conduzida a pesquisa, (4) Resultados, que trata da apresentação e análise dos resultados obtidos na pesquisa junto com uma análise de sensibilidade e, por fim, (5) as Considerações Finais sobre os achados obtidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009), “Provisão é um Passivo de prazo ou de valor incertos”. A norma define passivo como uma obrigação presente, derivada de eventos passados, da qual se espera que haja saída de recursos que gerem benefícios econômicos para a sua liquidação. Conforme a norma, as Provisões serão reconhecidas apenas quando for provável a saída de recursos para liquidar esta obrigação e a estimativa do valor da obrigação seja confiável. Caso estas condições não sejam satisfeitas, não se deve reconhecer a Provisão.

Já o Passivo Contingente é definido como uma obrigação possível, resultante de eventos passados, cuja existência só será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos, os quais não

estão sob o total controle da entidade. Ou ainda, uma obrigação presente, resultante de eventos passados, da qual não é provável a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e/ou o valor da obrigação não possa ser mensurado com confiabilidade. Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis das empresas, porém são divulgados em suas Notas Explicativas.

Segundo o CPC 25 (2009), o valor a ser reconhecido na Provisão “dever ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço”. Essa estimativa é o valor que a empresa racionalmente pagaria para liquidar ou transferir a obrigação para terceiros no encerramento do exercício. Para a obtenção da melhor estimativa, os riscos e incertezas provenientes das Provisões e Passivos Contingentes devem ser levados em consideração na mensuração.

Ainda conforme o CPC 25, as estimativas são definidas pelo julgamento da administração, acrescido de experiências com transações análogas, e, quando necessário, por relatórios de peritos independentes. Essas exigências possibilitam melhor qualidade às informações contidas nas demonstrações contábeis.

Apesar das exigências estabelecidas pela norma, estudos na área de evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes têm revelado que as empresas ainda não evidenciam informações sobre tais elementos de modo adequado. Entre os principais problemas encontrados estão: nomenclaturas erradas, falta de critérios de divulgação e que, mesmo com o caráter coercitivo do pronunciamento, as entidades não têm atendido ao princípio do fulldisclosure (OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011; FONTELES et al., 2013; SUAVE et al., 2013). Esta deficiência no disclosure e na qualidade das informações pode fazer com que os investidores tenham uma percepção distorcida da realidade econômica e financeira da empresa, e isto, pode levá-los a tomarem decisões de investimento inadequadas.

2.2 ESTUDOS RELACIONADOS COM ESTA PESQUISA

Em âmbito nacional as pesquisas sobre passivos contingentes se concentram mais no estudo da evidenciação e dos seus reflexos sobre o mercado ou no nível de conformidade das práticas de disclosure perante o preconizado pela norma contábil (OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011; SUAVE et al., 2013; PINTO et al., 2014; FONTELES et al., 2013). Mesmo assim, existem alguns trabalhos como o de Rosa (2014) e o de Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) que testaram os possíveis efeitos das reclassificações sobre a estrutura do balanço e de resultado do exercício. Na sequência do artigo foi feita uma análise nos principais aspectos destas pesquisas

Um dos primeiros trabalhos a investigar aspectos relacionados com a evidenciação dos passivos contingentes no Brasil foi escrito por Oliveira, Benetti e Varela (2011). Os autores analisaram o disclosure obrigatório das Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes das 100 maiores empresas em receita líquida sediadas no Brasil e com suas ações negociadas na BM&F BOVESPA, no período de 2009 e 2010. Oliveira, Benetti e Varela (2011) verificaram que o nível de evidenciação relativa aos requisitos obrigatórios de Passivos e Ativos Contingentes ficou acima de 60%, entretanto, eles ressaltaram a não divulgação de várias subcategorias de informações, visto que não foi possível saber se o fato ocorreu na empresa ou se a mesma não o divulgou. Quanto às Provisões, os resultados indicaram que algumas informações importantes não foram divulgadas, principalmente quanto às incertezas dos valores, natureza da obrigação e cronograma de saída. Os autores concluíram que, mesmo com o caráter coercitivo do disclosure normativo obrigatório, as empresas não atenderam ao princípio do full disclosure.

Na mesma linha, Suave et al. (2013) verificaram se as empresas mais negociadas da BM&FBOVESPA no ano de 2011 atendiam às disposições do CPC 25 relativas à divulgação de Passivos Contingentes. Os achados da pesquisa revelaram que quanto aos itens exigidos pelo CPC 25, houve maior evidenciação da descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. Entretanto, os autores concluíram que muitas companhias ainda não atenderam à divulgação das informações com a melhor qualidade e que expressem sua realidade. Estes resultados foram

muito próximos dos encontrados por Fonteles et al. (2013). Em sua análise com 308 empresas da atual B3 no exercício de 2010, os pesquisadores concluíram que as companhias ainda não estariam totalmente adequadas ao que prega a norma (CPC 25). Os pesquisadores encontraram também que as práticas de conformidade de disclosure das provisões são influenciadas pelo setor, tamanho e rentabilidade.

Ainda sobre disclosure, Pinto et al. (2014) publicaram uma pesquisa sobre a relevância das informações de passivos contingentes e provisões divulgadas pelas empresas para o mercado e quais fatores estariam associados a uma maior probabilidade de elas ficarem com nível maior do que a média de evidenciação. As empresas analisadas por Pinto et al. (2014) foram as 65 que fizeram parte da composição do IBOVESPA em 2010. Os resultados estatísticos apresentados denotam que não existe uma relação significativa do nível de evidenciação dos passivos contingentes com o valor de mercado das companhias analisadas, embora exista um diferente nível de evidenciação entre os setores. No resultado da regressão logística, os pesquisadores encontraram uma relação positiva e significativa para lucro por ação, endividamento e valor das provisões; e uma relação negativa para o tamanho do PL.

Em uma outra perspectiva, Poeta (2012) buscou verificar como ocorre a interpretação dos termos de probabilidade “provável”, “possível” e “remoto”, contidos no CPC 25, e se existem preferências ou diferenças entre as interpretações feitas a partir desses termos para as probabilidades numéricas, e das probabilidades numéricas para esses termos. Para isso, foram elaborados dois testes em que os respondentes, 174 estudantes de graduação em Ciências Contábeis de uma universidade federal cursando a partir do 5º período, encontraram situações que envolviam decisões relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes. Os resultados encontrados demonstraram que as interpretações verbal-numérica e numérica-verbal podiam envolver processos de julgamento diferentes, o que poderia impactar as demonstrações financeiras das empresas, seja aumentando ou diminuindo o reconhecimento e a evidenciação desses passivos.

Nesse sentido, no âmbito internacional, Aharony e Dotan (2004) realizaram um estudo comparando as diferentes interpretações feitas por auditores, gestores e analistas financeiros a respeito das regras de evidenciação contidas no SFAS Nº 5, que estabelece o tratamento contábil para contingências, utilizando-se dos termos “provável”, “possível” e “remoto”. O estudo foi realizado por meio de questionário, que foi enviado às empresas de auditoria dos EUA e aos gestores e analistas financeiros das maiores empresas americanas. Ao todo, foram respondidos 283 questionários. Os autores chegaram à conclusão de que os analistas financeiros são, em média, mais conservadores do que os auditores e gestores nas interpretações numéricas dos intervalos de probabilidade “provável” e “remoto”. Destacaram ainda que, na interpretação para o intervalo “remoto”, os usuários são mais rigorosos do que os preparadores das demonstrações. Isto é justificado pelo fato de que, se a probabilidade de ocorrência da perda contingente é considerada como remota para os preparadores, eles podem omitir inteiramente a informação nas demonstrações financeiras. Assim, os investidores poderiam deixar de ter acesso a informações úteis para a avaliação da empresa.

Os estudos de Poeta (2012) e Aharony e Dotan (2004) reforçaram a existência de diferentes interpretações dos indivíduos em relação aos intervalos de probabilidade existentes no processo decisório acerca das Provisões e Passivos Contingentes, que podem afetar os resultados das empresas, e, consequentemente, a avaliação dos investidores a respeito do desempenho econômico-financeiro das mesmas. Vale lembrar ainda que, um cenário econômico e político instável pode ser um incentivo a comportamentos oportunistas por parte dos elaboradores das demonstrações contábeis, visto que poderiam omitir informações úteis para a avaliação da empresa. Este aspecto foi comprovado em um estudo feito por Cohen et al. (2011) com empresas dos Estados Unidos. Os pesquisadores avaliaram até que ponto as provisões com garantia seriam utilizadas para gerenciar resultados e como o mercado avalia tal informação. As conclusões de Cohen et al. (2011) foram que os gestores utilizam as provisões para garantia para suavizar os resultados de suas empresas e o mercado identifica as companhias que minimizam suas provisões como forma de chegar na sua meta de lucratividade.

Para finalizar, dois trabalhos possuem uma relação mais direta com esta pesquisa: o feito por Rosa (2014) e o feito por Scarpin, Macohon e Dallabona (2014). A fim de verificar o possível impacto de interpretações

distintas no reconhecimento das provisões pelas empresas brasileiras, Rosa (2014) buscou identificar o panorama dos Passivos Contingentes e mensurar os efeitos da sua reconfiguração no lucro e no patrimônio líquido das empresas. Em sua pesquisa, os Passivos Contingentes foram reclassificados para Provisões a partir da criação de cenários. Observou-se que as empresas brasileiras apresentavam contingências relativas a processos judiciais e administrativos que somaram R\$498 bilhões no ano de 2012. O estudo identificou que as Provisões já contabilizadas, que afetaram o lucro e o patrimônio das entidades, correspondiam a apenas 12% desse total. A autora conclui que a reconfiguração das contingências passivas impactaria o resultado das empresas em todos os cenários utilizados, mas sem um respaldo estatístico para chegar em tais conclusões. Embora o estudo de Rosa (2014) trate da reconfiguração dos Passivos Contingentes, o período utilizado pela autora foi apenas o ano de 2012, não destacando nenhum setor específico. Além disso, o estudo não contemplou os impactos da reconfiguração dos Passivos Contingentes sobre o desempenho econômico-financeiro das empresas.

outro estudo mais próximo desta pesquisa foi o feito por Scarpin, Macohon e Dallabona (2014). Nesta pesquisa, os autores analisaram o efeito da inclusão dos passivos contingentes divulgados em nota explicativa sobre os indicadores de liquidez. A amostra analisada foi de 184 pertencentes à bolsa de valores de São Paulo (B3). Os resultados encontrados apontam que existem efeitos significativos para todos os indicadores, contudo o teste utilizado pelos autores não foi adequado para se mensurar o efeito proposto. A pesquisa de Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) utilizou um teste t de médias para amostra emparelhada para chegar às inferências de sua pesquisa. O teste t emparelhado mede apenas a direção da diferença e não o seu tamanho. É como um antes e depois. O teste mede a direção do efeito e não se a diferença da magnitude é significativa. Neste cenário qualquer reclassificação de passivo contingente para provisão daria um efeito significativo (mesmo se for um centavo). Como o efeito da reclassificação sobre os indicadores é sempre na mesma direção, o teste de amostra emparelhada sempre vai dar significativo mesmo se a relevância seja nula, ou seja, o trabalho possui contribuições extremamente limitadas. Além disto, esta pesquisa reclassifica 100% dos passivos contingentes para o patrimônio, o que é um cenário muito remoto de acontecer, pois o gestor provavelmente não estaria 100% errado na classificação de todos os seus passivos contingentes.

Sobre estes estudos esta pesquisa apresenta duas contribuições principais: (1) ela utiliza um modelo de reclassificação de passivos com base em cenários, como o utilizado por Rosa (2014). Este aspecto consegue capturar qual percentual de reclassificação (erro do gestor) seria significativo.(2) Ela analisa os efeitos das reclassificações sobre os indicadores com a utilização de uma ferramenta estatística mais robusta. Assim os efeitos sobre os indicadores apresentam uma validação estatística.

3 DESENHO DA PESQUISA

O presente estudo teve o objetivo de verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

Os dados foram coletados nas Notas Explicativas contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) das empresas do setor de energia elétrica no site da BM&FBOVESPA, relativas aos anos de 2013, 2014 e 2015. A seleção de apenas um setor para a análise foi motivado pela necessidade de isolar o efeito setorial sobre os resultados obtidos. O setor de energia foi selecionado por ser o mais representativo (com maior quantidade de companhias) da bolsa. Além disto, é um setor em que os investidores normalmente esperam dividendos maiores e este aspecto pode potencializar os incentivos para os gestores classificarem seus passivos contingentes como possíveis, tendo em vista que se fossem prováveis iriam impactar o resultado e consequentemente o cálculo dos dividendos.

Com este recorte, o universo da pesquisa ficou formado por 62 empresas que possuíam ações negociadas no período analisado. Do total destas empresas, foram retiradas aquelas que não divulgaram Passivos

Contingentes no período analisado e ainda as empresas que não divulgaram suas demonstrações em algum ano do referido período. Assim, a amostra final desta pesquisa ficou contemplada com 51 empresas. Logo, considerando os três anos, foram analisadas um total de 153 demonstrações financeiras publicadas pelas empresas da amostra durante o período de análise.

Para avaliar o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no setor estudado, foi utilizada a abordagem elaborada por Rosa (2014), adaptada para os fins desta pesquisa. A referida abordagem parte da elaboração de 5 cenários criados para reconfigurar os Passivos Contingentes para Provisões, considerando os efeitos dessa reconfiguração no Passivo, no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido. São eles o Cenário Otimista, o Cenário Parcialmente Otimista, o Cenário Moderado, o Cenário Parcialmente Pessimista e o Cenário Pessimista. Essa abordagem busca simular possíveis cenários de julgamento no tocante ao reconhecimento das Provisões, tendo em vista a expressiva discricionariedade permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 e a consequente possibilidade de erros, inconsistências e deficiências neste processo, conforme relatado em outras pesquisas (AHARONY; DOTAN, 2004; OLIVEIRA; BENETTI; VARELA, 2011; POETA, 2012; SUAVE et al., 2013).

Desta maneira, no Cenário Otimista, apenas 20% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; no Cenário Parcialmente Otimista, 40% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; no Cenário Moderado, 60% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; no Cenário Parcialmente Pessimista, 80% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões; e por último, no Cenário Pessimista, 100% dos Passivos Contingentes foram reconfigurados para Provisões, conforme demonstrado na Tabela 1:

TABELA 1
Reclassificação dos Passivos Contingentes para Provisões a partir de cada Cenário

R	Intervalo
Cenário Otimista	20%
Cenário Parcialmente Otimista	40%
Cenário Moderado	60%
Cenário Parcialmente Pessimista	80%
Cenário Pessimista	100%

Adaptado de Rosa (2014).

Após a reclassificação dos Passivos Contingentes em cada cenário, a fim de identificar o efeito da reconfiguração dos mesmos para Provisões no desempenho econômico-financeiro das empresas, foram calculados 3 indicadores: Liquidez Geral (LG), Endividamento Geral (EG) e Retorno sobre o Ativo (ROA). A escolha dos indicadores para verificar o desempenho econômico-financeiro das empresas após a reconfiguração foi definida com base na divisão feita por Assaf Neto (2005), que classifica os mesmos a partir de três grupos: análise de liquidez e equilíbrio financeiro; análise do endividamento e estrutura de capital; e análise do retorno do investimento e lucratividade. Estas três dimensões de performance apontadas por Assaf Neto (2005) são igualmente importantes para o processo decisório do investidor e do credor no setor analisado e, em decorrência disto, possuem uma grande suscetibilidade de manipulação por parte do gestor.

Todos os três indicadores utilizados possuem uma relação com a manipulação de resultados que pode ser derivada da reclassificação dos passivos contingentes. A Liquidez Geral pode ser afetada pelo acréscimo do passivo decorrente da reclassificação e representa um indicador importante tanto para os credores que procuram receber as parcelas dos empréstimos dos seus clientes quanto para os investidores preocupados com o caixa da empresa necessário para pagamento dos dividendos. O Endividamento Geral também pode ser afetado pela reclassificação do passivo contingente para dentro do balanço e pode afetar a capacidade

futura da companhia tomar novas dívidas. Para não pressionar muito alguma cláusula de covenant contratual, o gestor pode ser impelido a dar uma baixa probabilidade de ocorrência para um passivo contingente afim de não comprometer alguma posição contratual pré-estabelecida. Por fim, a Rentabilidade sobre o Ativo é um indicador de performance geral da companhia e, assim como os demais, pode ser afetado de modo relevante pela reclassificação dos passivos contingentes. O ROA depende do lucro e se os passivos contingentes fossem reclassificados afetaria tal medida dentro da entidade. Além disto, o ROA serve como uma medida de desempenho dos ativos do negócio e muitos contratos de remuneração da alta administração dependem de medidas como o ROA. Em decorrência disto, os gestores possuem um incentivo a dar uma baixa probabilidade aos passivos contingentes para que seu desempenho e consequente remuneração variável não sejam afetadas pelo efeito em tal indicador. A forma funcional e um resumo com os indicadores utilizados na pesquisa foi evidenciado no Quadro 1.

QUADRO 1
Indicadores Utilizados na Análise dos Cenários

Indicador	Fórmula	Utilização
Liquidez Geral (LG)	Obtido a partir da soma do Ativo Circulante (AC) com o Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP), dividido pelo Passivo Circulante (PC) somado com o Exigível a Longo Prazo (ELP):	A LG serve para verificar a capacidade financeira da empresa para liquidar suas obrigações para com seus credores tanto no curto quanto no longo prazo (BRAGA, 1999, p. 143).
Endividamento Geral (EG)	Quociente entre o Passivo Total (PT) e o Ativo Total (AT):	O EG mede a proporção dos Ativos Totais da entidade que são financiados pelos credores (GITMAN, 1997, p. 117).
ROA	Quociente entre o Lucro Líquido (LL) e o Ativo Total (AT):	O ROA mede a eficiência total da administração na geração de lucros com seus ativos disponíveis (GITMAN, 1997, p. 123).

Autoria própria

Para identificar o efeito da reclassificação dos passivos sobre os indicadores foram utilizadas duas abordagens: a da significância estatística e a do tamanho do efeito (Size Effect). O teste estatístico utilizado para este trabalho foi o teste de média para amostras independentes. Embora as empresas antes e depois da reclassificação dos passivos sejam as mesmas, o teste de amostra emparelhadas possui o objetivo de verificar se, na média, o efeito do antes e depois é diferente de zero. Para que este teste tenha sentido deve existir uma variabilidade no efeito da reclassificação (alguns indivíduos apresentarem aumento e outros perda ou não alteração), o que não ocorre neste trabalho. Como todas as empresas tiveram seus passivos reclassificados, automaticamente, o resultado do teste de média de amostra emparelhada teria resultado significativo independente do tamanho da diferença, pois todos os indivíduos foram reclassificados na mesma direção. Em decorrência desta limitação do teste de amostras pareadas, foi utilizado o teste de amostras independentes para verificar se a distribuição entre as duas amostras pode ser traçada do mesmo intervalo de confiança da população. O teste utilizado foi o teste paramétrico com controle de homogeneidade de variância. Não obstante os dados considerados na pesquisa não tenham apresentado distribuição normal, a amostra pode ser considerada assintótica ($n > 30$), o que justifica a escolha do teste paramétrico. O controle da homogeneidade da variância foi feito em função de tornar o teste de médias mais conservador, isto é, ele aumenta o intervalo de confiança da distribuição e torna mais difícil do teste de hipóteses rejeitar a não significância.

Para testar o tamanho do efeito foi utilizada a estatística D de Cohen (1988). Segundo o próprio autor, a estatística do tamanho do efeito representa o grau em que o fenômeno está presente na população ou o grau em a hipótese nula é falsa. Cohen (1988) destaca que quanto maior for o tamanho do efeito, maior é o grau em o fenômeno estudado se manifesta, e se a hipótese nula não for rejeitada ou a estatística D contiver o zero dentro do seu intervalo de confiança, significa que o efeito é nulo. A fórmula do cálculo da estatística D utiliza a média das populações e o desvio padrão conjunto entre elas. Esta relação pode ser expressa do seguinte modo para um efeito não direcional (bi-caudal):

$$\mathcal{D} = \frac{|m_A - m_B|}{\sigma}$$

[Equação 1]

Onde:

m_A = Média da população A.

m_B = Média da população A.

σ = Desvio padrão conjunto das populações.

Para efetuar os testes estatísticos foi utilizado o programa STATA 13. Com relação ao tratamento de outliers, a empresa Eletrobrás é muito representativa no setor. Assim, devido ao tamanho do seu passivo contingente, na parte da estatística descritiva foi feita uma análise com e sem a presença da Eletrobrás para ressaltar esta representatividade. Já nos testes estatísticos, foi feita uma análise de sensibilidade sem a empresa e os resultados (não divulgados) mostraram que não existe um efeito relevante nas inferências da pesquisa. Isto aconteceu em decorrência das duas populações analisadas possuírem a empresa (antes e depois da reclassificação) e das variáveis utilizadas serem indicadores, o que contribui para mitigar o efeito



das diferentes magnitudes nos dados. Em decorrência destes aspectos, esta pesquisa optou por não excluir a Eletrobrás da amostra na parte dos testes estatísticos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A primeira análise realizada nas Notas Explicativas relativas às Provisões e Passivos Contingentes foi a de aspectos formais relacionados com os requisitos da norma CPC 25. Verificou-se com base nos dados obtidos dos relatórios financeiros, o uso de nomenclaturas que não estão de acordo com o Pronunciamento CPC 25 de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A norma preceitua que o termo “Provisão” deve ser utilizado apenas para Passivos com prazo ou valor incerto. Assim observou-se que as empresas utilizaram expressões como: Provisão para Férias e 13º, Provisão de Benefícios a Empregados, Provisão para P&D e Provisão para IR, por exemplo, e que algumas empresas ainda utilizam a nomenclatura Provisão para Contingências para se referirem às Provisões. A norma coloca que as provisões possuem um nível de incerteza (e consequente subjetividade no reconhecimento e na mensuração) maior que os demais passivos relativos a apropriações por competência, tais como Salários, Férias e Tributos e nesse sentido, o termo provisão deveria se restringir a passivos com características de maior incerteza, a fim de destacar a subjetividade mais elevada da sua contabilização.

Quanto à Perda Estimada em Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), a mesma ainda é chamada de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PDD) por 47 empresas, das 51 empresas constantes na amostra, mesmo após se passarem cinco anos desde que a norma entrou em vigor. Esse fato pode servir de alerta para os entes reguladores quanto à adequação das nomenclaturas utilizadas pelas empresas, pois esta confusão de nomes pode induzir os usuários ao erro nas avaliações das demonstrações financeiras.

A segunda análise realizada pelo trabalho foi no tocante à distribuição dos tipos de litígios. Na análise das Notas Explicativas, verificou-se a participação dos Passivos Contingentes de litígios das empresas de energia elétrica conforme sua natureza em “tributários”, “cíveis e outros”, “trabalhistas”, “regulatórios” e “ambientais”, conforme pode ser observado na Tabela 2:

TABELA 2
Participação dos Passivos Contingentes de acordo com a Natureza dos Litígios

Ano	Grupos	Tributários	Trabalhistas	Cíveis e Outros	Regulatórios	Ambientais	Total
Passivos ¶							
2013	Contingentes	32.420.333,00	3.086.677,00	30.145.450,00	3.490.390,00	5.059.141,00	74.201.991,00
	% Total	43,69%	4,16%	40,63%	4,70%	6,82%	100,00%
Passivos ¶							
2014	Contingentes	42.209.182,00	5.344.404,00	40.578.930,00	5.461.979,00	1.994.792,00	95.589.285,00
	% Total	44,16%	5,59%	42,45%	5,71%	2,09%	100,00%
Passivos ¶							
2015	Contingentes	43.658.055,00	7.549.216,00	52.435.216,00	6.551.746,00	2.048.814,00	112.243.047,00
	% Total	38,90%	6,73%	46,72%	5,84%	1,83%	100,00%

Obs: Os valores estão em milhares de reais.¶

Fonte: Dados da pesquisa¶

Dados da pesquisa

Nota Tabela 2 Obs: Os valores estão em milhares de reais.

Em todos os anos analisados o maior tipo de litígio encontrado nas empresas do setor de energia foi o relacionado com questões Cíveis e outros com média de 43,26% nos três anos analisados. Uma parte deste resultado pode ser atribuído ao fato das empresas colocarem os processos de natureza regulatória específica



do setor como disputa de valores de tarifas, processos de adequação regulatória e indenizações de entes públicos, nesta categoria. Por ser uma categoria mais abrangente e por compreender um período de revisões de concessões e tarifas, foi natural a sua maior representatividade.

A segunda categoria com maior representatividade, por outro lado, causou uma certa surpresa quanto ao tamanho de sua participação. Os litígios tributários ficaram em segundo lugar com média de 42,25% nos três anos do total de contingências. Este resultado foi praticamente um empate com os processos Cíveis e de natureza regulatória. Isto demonstra um aspecto preocupante da alta complexidade e fragilidade da legislação fiscal brasileira que afeta até setores que não possuem uma elevada diversificação no seu modelo de negócios. No trabalho realizado por Maragno e Borba (2016), os pesquisadores encontraram o mesmo resultado e atribuíram ele a uma questão presente na América Latina que pode estar relacionada com a forma de organização legal e características institucionais dos países. Segundo Maragno e Borba (2016), a grande quantidade de disputas tributárias, mais associadas à países da América Latina, podem ser consequência de um sistema legal complexo e rígido, que possui dificuldade na solução de conflitos e que não incentiva uma boa conduta social em respeito às leis e regulamentos. De acordo com os autores, estas características estão mais fortemente associadas aos países de direito romano ou codelaw como é o caso do Brasil.

A próxima análise realizada com os dados obtidos pela pesquisa foi a estatística descritiva. Na Tabela 3, foram apresentados os resultados das medidas de tendência central e de dispersão do Passivo Total (PT), das Provisões (PROV) e do Passivo Contingente (PCONT) da amostra nos anos de 2013 a 2015, contendo os valores da Eletrobrás e sem os valores da referida empresa. Este procedimento foi realizado para fins de comparação e visou dar maior destaque ao impacto que a Eletrobrás tem no setor de Energia, pois a mesma figura como a maior empresa do setor em termos de ativo total, resultado e no valor de seus passivos contingentes.

TABELA 3
Estatística Descritiva dos Passivos Contingentes e das Provisões:

Ano	Grupos	Dados sem a Eletrobrás				
		Medidas de Tendência Central		Medidas de Dispersão		
		Média	Mediana	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
2013	Passivo Total	4.941.340	3.466.533	4.377.887	22.244.078	4.923
	Provisões	248.536	129.261	386.631	2.316.985	0
	Passivo Contingente	1.040.557	295.788	1.449.792	5.659.639	0
	Indicador PROV/PT	0,05	%	%	%	%
	Indicador PCONT/PT	0,211	%	%	%	%
	Indicador PCONT/PROV	4,187	%	%	%	%
2014	Passivo Total	5.981.917	4.130.913	5.456.910	25.747.108	7.731
	Provisões	291.219	188.150	440.078	2.660.866	0
	Passivo Contingente	1.355.650	573.465	1.702.190	6.112.453	0
	Indicador PROV/PT	0,049	%	%	%	%
	Indicador PCONT/PT	0,227	%	%	%	%
	Indicador PCONT/PROV	4,655	%	%	%	%
2015	Passivo Total	6.675.157	4.795.386	6.306.440	30.402.333	9.165
	Provisões	291.400	189.209	449.674	2.790.081	0
	Passivo Contingente	1.620.896	620.027	1.835.730	6.728.544	0
	Indicador PROV/PT	0,044	%	%	%	%
	Indicador PCONT/PT	0,243	%	%	%	%
	Indicador PCONT/PROV	5,562	%	%	%	%

Dados da pesquisa

Nota Tabela 3 Obs: Valores em milhares de reais exceto se indicado de outra forma. PROV (Provisão); PCONT (Passivo Contingente); PT (Passivo Total).

Verifica-se que, em relação à amostra com a Eletrobrás, a média do Passivo Total das empresas aumentou de 2013 para 2015 (36,28%). O aumento no Passivo Total do setor pode ser explicado por fatores como a interferência política para redução de tarifas, incentivo ao consumo através da redução de tributos dos eletrodomésticos; à falta de chuva, que culminou no uso de usinas termelétricas, que têm maior custo de geração de energia; e atrasos em investimentos, prejudicando o andamento de obras para o fornecimento de energia alternativa (BATISTA, 2014; PIRES, 2016).

Verifica-se ainda, que, ao retirar a Eletrobrás da amostra, há uma redução média de até 29,74% no Passivo Total, em relação à amostra com a Eletrobrás, o que denota o elevado endividamento da referida empresa. O resultado corrobora com a reportagem de Rezende (2016), divulgada pela revista Exame, que afirma que a Eletrobrás é a empresa mais endividada do setor. O alto endividamento da Estatal nos anos estudados pode ser explicado pelo fato de a mesma ser controladora de várias empresas de geração, transmissão e distribuição de energia que apresentam um elevado saldo de dívidas, como a Celg Distribuição, Eletrobrás Amazonas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Rondônia (EXAME, 2014).

Nota-se que o valor médio dos Passivos Contingentes chega a mais de R\$ 2,2 bi, em 2015, considerando os valores referentes à Eletrobrás, que, sozinha, eleva a média dos Passivos Contingentes em 35,78% no referido

ano em comparação à amostra sem os seus valores. Isso mostra o elevado valor dos litígios pertencentes à Estatal.

Observa-se que, de modo geral, a média da participação das Provisões em relação ao Passivo Total, tanto nos dados com a Eletrobrás, quanto nos dados sem a Estatal, chega a apenas 6,5%, enquanto que a participação média dos Passivos Contingentes em relação ao Passivo Total chega a 25,4%. Verifica-se também que o valor dos Passivos Contingentes chega a ser, em média, até 5,56 vezes maior do que o valor das Provisões, no período analisado. O resultado corrobora com a reportagem de Torres et al. (2015), do jornal Valor Econômico, que mostram o baixo percentual das Provisões em relação aos Passivos Contingentes. Os autores fizeram um levantamento com 89 empresas que integram os índices Ibovespa e IBr-X no ano de 2013. Desse grupo, 84 empresas não-financeiras do levantamento possuíam disputas fiscais de R\$ 223 bilhões, dos quais apenas 7%, foram considerados como de perda provável e por isso estavam provisionados. A fatia restante de R\$ 208 bilhões foi apenas divulgada em Nota Explicativa.

Os valores mínimos das Provisões pertencem à empresa ENEVA, que, em todos os anos da análise, não apresentou nenhum valor reconhecido como Provisão em suas demonstrações financeiras. A empresa alegou em todas elas que “A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda, para as quais a Administração julga não ser necessária a constituição de qualquer Provisão”.

Já o valor mínimo dos Passivos Contingentes do ano de 2013 pertence às empresas COELBA, CELPE e COSERN, que informaram em suas Notas Explicativas possuírem Passivos Contingentes, mas não divulgaram valores no referido ano, divulgando os mesmos somente nos anos de 2014 e 2015. Quanto aos valores mínimos dos anos de 2014 e 2015, estes pertencem à empresa Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A, que divulgou o valor de seus Passivos Contingentes apenas no ano de 2013.

A última análise apresentada neste trabalho foi à comparação do efeito da reclassificação dos passivos contingentes dentro de cada cenário sobre os indicadores selecionados. Na Tabela 4 estão expostos os resultados obtidos.

TABELA 4
Resultados dos testes estatísticos para os diferentes cenários projetados

ID	Ano	CENÁRIOS						
		Original	Otimista	P. Otimista	Moderado	P. Pessimista	Pessimista	
EG	2013	0,6234	0,6454		0,6675		0,6896	
		Diferença	0,022		0,0441		0,0662	*
		D-Cohen	0,1185		0,2339		0,3441	
	2014	0,6353	0,6647		0,6941		0,7234	
		Diferença	0,0294		0,0588	*	0,0881	**
		D-Cohen	0,1728		0,3390		0,4933	
	2015	0,6428	0,6757		0,7087		0,7417	
		Diferença	0,0329		0,0659	*	0,0989	***
		D-Cohen	0,1899		0,3724		0,5411	
ROA	MT	0,6338	0,6619		0,6901		0,7182	
		Diferença	0,0281		0,0563	***	0,0844	***
		D-Cohen	0,1600		0,3142		0,4583	
	2013	0,0440	0,0219		-0,0002		-0,0222	
		Diferença	-0,0221		-0,0442	**	-0,0662	***
		D-Cohen	0,2065		0,3996		0,5703	
	2014	0,0654	0,0360		0,0066		-0,0228	
		Diferença	-0,0294		-0,0588	***	-0,0882	*
		D-Cohen	0,1292		0,2540		0,3722	
	2015	0,0337	0,0007		-0,0323		-0,0652	
		Diferença	-0,033	***	-0,066	***	-0,0989	***
		D-Cohen	0,6336		1,0347		1,2502	
	MT	0,0477	0,0195		-0,0086		-0,0367	
		Diferença	-0,0282		-0,0563	***	-0,0844	***
		D-Cohen	0,1903		0,3696		0,5315	

Dados da pesquisa

Nota Tabela 4 Obs. ***, **, * refere-se ao nível de significânciabi-caudal $p < 1\%, 5\% \text{ e } 10\%$ respectivamente. MT é a média total dos três anos. Nas linhas das diferenças foram apresentados os indicadores ajustados pela reversão do Passivo Contingente dentro de cada cenário em relação ao indicador original. Os cenários representam respectivamente 20% (Otimista), 40% (Parcialmente Otimista), 60% (Moderado), 80% (Parcialmente Pessimista) e 100% (Pessimista) de reversão dos passivos contingentes para dentro do Balanço e do Resultado do Exercício. O teste estatístico utilizado foi o teste t para amostras independentes com controle de homogeneidade de variância. Nesta ferramenta, as diferenças são testadas individualmente dentro de cada cenário de reclassificação em relação ao original sem reclassificação.

Isto foi feito para cada ano e de modo geral no somatório dos anos (MT). Segundo Cohen (1988), o tamanho do efeito possui o seguinte padrão médio de distribuição em relação ao resultado do D-Cohen: uma estatística D $< 0,20$ representa um efeito pequeno; entre $0,21 < D < 0,79$ um efeito médio; e quando ela for $D > 0,80$ um efeito grande.

Observa-se na Tabela 4 que a média da Liquidez Geral (LG) das empresas no Cenário Original indica que elas conseguem honrar 91,55%, 92,14% e 88,13% das suas obrigações para com terceiros, seja de curto ou de longo prazo nos anos de 2013, 2014 e 2015. Após a reclassificação dos Passivos Contingentes de acordo com cada cenário, verifica- se que, mesmo no cenário mais otimista, caso os gestores classificassem a probabilidade de perda de 20% dos Passivos Contingentes de possível para provável, a capacidade das



empresas de honrar suas obrigações seria reduzida em aproximadamente 5% em comparação ao Cenário Original. Já o Endividamento Geral (EG) médio das empresas no Cenário Original chega a 64,28%. Esse resultado denota o alto endividamento em que se encontra o setor, e mostra a elevada participação do Capital de Terceiros no financiamento do Ativo Total das empresas do mesmo. No Cenário Pessimista, caso os gestores optassem por reconhecer todos os Passivos Contingentes das empresas, a participação do Capital de Terceiros no financiamento das mesmas subiria para até 80,76% no ano de 2015 e em média 77,45% no geral.

O ROA médio das empresas varia de 3,37% a 6,54%, no Cenário Original, o que indica que, no período analisado, para cada R\$ 1,00 que as empresas investiram em seus ativos, as mesmas obtiveram uma média de, no máximo, cerca de R\$ 0,065 de retorno. Verifica-se que, já no Cenário Otimista, onde 20% dos Passivos Contingentes teriam a estimativa de perda reclassificada de possível para provável, as empresas teriam uma queda acentuada no ROA médio no ano de 2015, mostrando um efeito considerável no indicador mesmo no cenário mais otimista.

Isto significa que, caso os preparadores das demonstrações contábeis optassem por reconhecer seus Passivos Contingentes, a capacidade financeira média das empresas para liquidar suas obrigações para com seus credores tanto no curto quanto no longo prazo (LG) poderia ser reduzida até 27,78%. O Endividamento Geral médio das empresas poderia aumentar até 25,64%, e o ROA médio das empresas poderia ser reduzido para até -13,12% no período analisado, alterando assim, substancialmente o panorama financeiro e de desempenho das empresas analisadas.

Quanto aos resultados estatísticos, o indicador da Liquidez (LG) é o menos sensível às reclassificações dos passivos contingentes. As únicas diferenças desagregadas significativas para o indicador foram nos anos de 2014 e 2015 para o cenário pessimista. Para os demais cenários elas não foram significativas. Para as diferenças entre as médias dos três anos, três cenários: Moderado, Parcialmente Pessimista e Pessimista apresentaram diferenças significativas. Contudo, em nenhum período deste indicador a estatística D de Cohen apresentou um efeito considerado relevante. A estatística D com maior relevância para LG foi de 0,3855 obtida no cenário Pessimista para o ano de 2015. Segundo a classificação de Cohen (1988), este resultado pode ser considerado como um efeito médio para pequeno.

Os outros dois indicadores Retorno sobre o Ativo e Endividamento, por outro lado, apresentaram uma sensibilidade muito maior para reclassificação dos passivos. O ROA foi o mais sensível e apresentou diferenças significativas até na classificação otimista (para o ano de 2015). Nos demais cenários foram obtidas diferenças significativas para todas as condições. Na estatística D de Cohen para o ROA, pode-se inferir com base nos dados analisados que os valores apresentados podem ser considerados significativamente grandes para os cenários Pessimistas e Parcialmente Pessimistas e no ano de 2015 para quase todos os cenários (exceto para o Otimista). Este resultado demonstra que, para o ROA, o efeito da reclassificação dos passivos contingentes sobre o indicador, além de significativo estatisticamente, pode ser, também, considerado relevante em termos econômicos, principalmente, nos piores cenários onde estão as maiores reclassificações.

Por fim, o Endividamento foi o indicador que ficou mais equilibrado. As diferenças individuais por anos se mostraram mais significativas no cenário moderado em diante com 60% ou mais dos passivos contingentes reclassificados para o balanço. Quanto ao tamanho da diferença para o endividamento, o ano de 2015 no cenário Pessimista foi o único que apresentou uma diferença considerada Grande. O ano de 2014 apresentou uma estatística D muito próxima do limite entre uma diferença média e grande para o mesmo período e o ano de 2013 apresentou diferenças gerais de médias para pequenas em todos os cenários.

De modo geral os resultados obtidos com esta pesquisa refletem a relevância do julgamento do gestor sobre as classificações de probabilidade de ocorrência de seus passivos contingentes. Embora os indicadores não tenham sido afetados do mesmo modo, houve um grande impacto no retorno sobre o ativo que é uma medida presente nos contratos de remuneração de executivos, pois mede o desempenho do gestor [na pesquisa de Ittner, Larcker e Rajan (1997) o ROA foi o indicador contábil mais utilizado nos contratos de bonificação de executivos]; um impacto razoável no endividamento que é um indicador da estrutura de

capital da empresa e um importante termômetro da capacidade de endividamento futura da companhia e do risco de quebra de covenants contratuais; e um impacto pequeno no indicador de liquidez que serve de parâmetro para investidores quanto ao risco de default do negócio e a sua capacidade de desembolsar caixa para pagar dividendos.

Estes resultados obtidos corroboram com o estudo de Rosa (2014), que verificou a existência de diferenças entre as médias tanto do lucro quanto do patrimônio líquido antes e após a reclassificação, originando evidências de que os efeitos econômicos dos Passivos Contingentes das empresas são significativos para todos os cenários estudados pela autora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral verificar qual o efeito da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras do setor de energia elétrica nos anos de 2013 a 2015.

Na análise das Notas Explicativas, verificou-se o uso de nomenclaturas em desacordo com o pronunciamento CPC 25 (2009), mesmo após se passarem cinco anos desde que a norma entrou em vigor. Esse fato pode servir de alerta para os entes reguladores quanto à adequação das nomenclaturas utilizadas pelas empresas, que podem induzir os usuários ao erro em suas avaliações das demonstrações financeiras das mesmas.

Em relação à natureza dos litígios do setor, verificou-se uma queda de 12,31% na participação dos processos tributários em relação ao total de litígios das empresas no período analisado, que possivelmente ocorreu por conta da falta de atualização dos valores dos litígios tributários, conforme relata Rosa et. al. (2016) em seus achados. E ainda uma queda de 272,68% na participação dos Passivos Contingentes ambientais em relação ao total dos litígios das empresas no período analisado, que pode ser explicada pelo fato de os mesmos terem sido reconhecidos como Provisão no período seguinte, conforme constatou Suave et al. (2013).

Observou-se que, em ambas as amostras, com e sem a Eletrobrás, a média da participação das Provisões em relação ao Passivo Total, chega a apenas 6,5%, enquanto que a participação média dos Passivos Contingentes em relação ao Passivo Total chega a 25,4%. Foi constatado, ainda, que o valor dos Passivos Contingentes chega a ser, em média, até 5,56 vezes maior do que o valor médio das Provisões no período analisado. Esses resultados indicam o tamanho representativo de Passivos que não estão reconhecidos nos balanços das empresas e serve de alerta para os usuários das demonstrações contábeis. Os testes estatísticos corroboram com esta visão e apontam um efeito de tamanho grande e significativo, principalmente, nos piores cenários de reclassificação.

Os resultados desta pesquisa reforçam o impacto que as diferentes interpretações dos indivíduos envolvidos no processo decisório acerca das Provisões e Passivos Contingentes podem ter nos resultados das empresas, tendo em vista a alta subjetividade existente nas definições das probabilidades de perdas dos litígios das mesmas.

Assim, tais resultados servem como alerta aos usuários das demonstrações contábeis quando fazem suas análises, pois os mesmos deveriam levar em consideração as diferentes interpretações acerca das perdas das Provisões e dos Passivos Contingentes e seus impactos no desempenho reportado pelas organizações. A reconfiguração das Provisões e dos Passivos Contingentes é uma maneira de considerar possíveis cenários ao fazer análises acerca do desempenho econômico-financeiro das empresas, contribuindo para melhorar a acurácia de suas decisões. Esta pesquisa limitou-se a estudar os efeitos da reconfiguração dos Passivos Contingentes no desempenho econômico-financeiro das empresas do setor de energia elétrica. Para estudos futuros, sugere-se a aplicação desta metodologia em outros setores para verificar se também há impacto nos indicadores econômico-financeiros dos mesmos após a reconfiguração dos Passivos Contingentes.



REFERÊNCIAS

- AHARONY, J.; DOTAN, A. A comparative analysis of auditor, manager and financial analyst interpretations of SFAS 5 disclosure guidelines. *Journal of Business Finance & Accounting*, v. 31, p. 475- 504, abr. 2004.
- As empresas mais endividadas do Brasil em 2013. Exame, São Paulo, set. 2014. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/revista-exame/noticias/as-empresas-mais-endividadas-do-brasil-em-2013#9>>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2005.
- BATISTA, H. G. Entenda a crise do setor elétrico. O Globo, São Paulo, mar. 2014. Disponível em:. Acesso em: 27 maio 2016.
- BÔAS, B. V.; PATU, G. Economia brasileira cai 1,7% no 3º trimestre e prolonga recessão. Folha de S. Paulo, Rio de Janeiro, dez. 2015. Disponível em: . Acesso em: 04 fev. 2016.
- BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - BM&FBOVESPA. Empresas Listadas. Disponível em: < <http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?segmento=Energia+El%C3%A9trica&idioma=pt-br>>. Acesso em: 16 nov. 2015.
- BRAGA, H. R. Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- BRAZIL'S fall. The Economist, Londres, jan. 2016. Disponível em: < <http://www.economist.com/news/leaders/21684779-disaster-looms-latin-americas-biggest-economy-brazils-fall>>. Acesso em: 04 de fev. 2016.
- CARVALHO, N.; CARMO, C.H.S. A primazia da essência sobre a forma na prática contábil. In: PINTO, A. et al. Controvérsias jurídico-contábeis: aproximações e distanciamentos. São Paulo: Dialética, 2013. v. 4. p. 237-250.
- CLETO, P.; MACHADO, M. Fitch rebaixa rating e Brasil perde grau de investimento. Valor Econômico, São Paulo, 16 de dez. de 2015. Disponível em: . Acesso em: 04 de fev. 2016.
- COHEN, D. et al. Warranty Reserve: Contingent Liability, Information Signal, or Earnings Management Tool? *The Accounting Review*. v. 86, n. 2, p. 569-604, 2011.
- COHEN, JACOB. Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences. Second Edition. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento técnico nº 25: provisões, passivos contingentes e ativos Contingentes. (CPC 25), 2009. Disponível em: . Acesso em: 02 dez. 2015.
- FÁVERO, L. P. L. et al. Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009.
- FONTELES, I. V. et al. Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão Organizacional (RGO)*. v. 6, n. 4, p. 85- 98, set./dez., 2013.
- GITMAN, L. J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.
- ITTNER, C. D; LARCKER, D. F.; RAJAN, M. V. The choice of performance measures in annual bonus contracts. *The Accounting Review*, v. 72, n. 2, p. 231-255, 1997.
- LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem. São Paulo:Atlas, 2007.
- MARAGNO, L. M.D; BORBA, J.A. Mapeando as Origens das Contingências nas Empresas Estrangeiras Listadas na NYSE: Uma Abordagem por meio do Sistema Legal e da Governança. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 16, 2016, São Paulo. Anais...São Paulo: USP, 2016.
- MARTELO, A. Mercado vê mais inflação e resultado pior do PIB em 2016 e 2017. G1, Brasília, fev. 2016. Disponível em: . Acesso em: 07 de fev. 2016.
- MARTINS, G.de A.; THEÓPHILO, C.R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MEIBAK, D.; VIRI, N. Ações da TIM recuam 3,8% após denúncia sobre irregularidade contábil. Valor Econômico, São Paulo, out. 2012. Disponível em:. Acesso em: 17 nov. 2015.
- MOREIRA, C. FMI piora projeções para economia do Brasil e deixa de ver crescimento em 2017. UOL, São Paulo, jan. 2016. Disponível em: . Acesso em: 07 de fev. 2016.



- OLIVEIRA, A. F. de; BENETTI, J. E.; VARELA, P. S. Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In: CONGRESSO ANPCONT, 5.,2011, Vitória. Anais...Vitória: ANPCONT, 2011.
- PINTO, A. et al. Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. Pensar Contábil, v. 16, n. 61, p. 54-65, set./dez. 2014.
- PIRES, A. O setor elétrico brasileiro e a falta de planejamento. Valor Econômico, São Paulo, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/4437518/o-setor-eletrico-brasileiro-e-falta-de-planejamento>>. Acesso em: 27 de maio 2016.
- POETA, F. Z. Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. Florianópolis, 2012. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.
- REZENDE, V.. Setor elétrico tem dívida 13,5% maior em 2015 ante 2014.Exame, São Paulo, abr. 2016, Disponível em: . Acesso em: 13 de jun. 2016.
- ROSA, C. A. da. Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. Florianópolis, 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.
- ROSA, P. A. et al. Evidenciação dos passivos contingentes tributários: comparação das informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 16, 2016, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2016.
- SCARPIN, J. E.; MACOHON, E. R.; DALLABONA, L. F. Variabilidade dos Índices de Endividamento em Relação à Adição dos Passivos Contingentes na Estrutura Patrimonial das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. Revista de Contabilidade e Organizações. V. 22, p. 3-14, 2014.
- SUAVE, R. et al. Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. Revista da UNIFEBE. v. 1, n. 11,p. 1-17, jan./jul. 2013.
- TARABORELLI, A. Setor elétrico é o que paga mais dividendo no ano. Brasil Econômico, São Paulo, ago. 2014. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/financas/2014-08-14/setor-eletrico-e-o-que-paga-mais-dividendo-no-ano.html>>. Acesso em: 18 de nov. 2015.
- TORRES, F.; IGNACIO, L.; BAETA, Z. Julgamento anulado não afetará balanços. Valor Econômico,São Paulo, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3998336/julgamento-anulado-nao-afetara-balanços>>. Acesso em: 27 de maio 2016.
- ULLER, L. P. Especialista lista as maiores pagadoras de dividendos que você tem que ter. Info Money, São Paulo, abr. 2015. Disponível em: <<http://m.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/4004523/especialista-lista-maiores-pagadoras-dividendos-que-voce-tem-que-ter>>. Acesso em: 18 de nov. 2015.
- YAZBEK, P. As ações pagadoras de dividendos mais indicadas para janeiro. Exame, São Paulo, jan. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/noticias/as-acoes-pagadoras-de-dividendos-mais-indicadas-para-janeiro>>. Acesso em: 18 de nov. 2015.

